

VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

OLGA MATOS

Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

omatos@estg.ipv.pt

Resumo: Este artigo aborda a problemática da valorização dos sítios arqueológicos, tendo em vista a sua pública usufruição. Analisa os vários conceitos envolvidos, bem como sistematiza as fases ou etapas necessárias à concepção e implantação de projectos de valorização dos sítios arqueológicos.

Palavras-chave: Sítios Arqueológicos; Valorização; Musealização.

1. Breves notas

Apuram-se e revêem-se, neste artigo, algumas das teorias, correntes e críticas que envolvem a problemática da valorização do património arqueológico, bem como se enunciam e analisam os requisitos ou critérios que estão na base da implantação dos projectos de valorização.

2. A valorização dos sítios arqueológicos

Longe vai o tempo em que apenas se pedia ao arqueólogo que da sua actuação resultasse um conjunto de dados da escavação e uma infinda gama de material exumado, testemunho das vivências que ele tentava reconstituir.

Mas as pesquisas arqueológicas e o papel do arqueólogo não se confinam a um trabalho de pura escavação. Ao arqueólogo pede-se, hoje, também, a

árdua tarefa de pensar e propor novas abordagens na perspectiva da valorização, com vista ao seu público usufruto.

Assim, questões como a protecção e a conservação das áreas arqueológicas, interpretação e apresentação dos sítios de uma forma atractiva, são preocupações do dia-a-dia dos arqueólogos do presente.

O conceito de valorização reveste-se, contudo, de alguma complexidade. Paradoxalmente, o processo de valorização não acrescenta qualquer tipo de “valor” a um sítio, mas traduz, enaltece e evidencia os valores inatos que cada estrutura encerra em si, fazendo despertar as qualidades intrínsecas e descodificando os significados dessa mesma estrutura, para que possam ser transmitidos ao grande público (Minissi, 1988, p. 14).

Por sua vez, o conceito de “musealização” foi introduzido na década de 80 do século XX, concretamente no convénio intitulado *I Siti Archeologici, un*

Problema di Musealizzazione all'Aperto, realizado em Fevereiro de 1988, na cidade de Roma; e na mesma linha de discussão, foi retomado pelo seminário de 1994, exactamente sobre o mesmo tema, levado a efeito, durante o mês de Maio, em Roma (Ranellucci, 1996).

Franco Minissi foi um dos investigadores que mais cedo analisou a problemática do património cultural do ponto de vista da conservação e interpretação, tendo em vista a sua divulgação. Utilizara, já em 1978, o conceito de **processos de musealização**, não se referindo, em particular, ao contexto do património arqueológico, mas enfatizando o modo de olhar os testemunhos territoriais com a mesma atitude de conservação e interpretação que era habitual dentro do espaço expositivo do museu tradicional.

Foi por volta dos anos 50 do século XX, que se começaram a evidenciar preocupações no âmbito da conservação dos bens arqueológicos, traduzidas, nomeadamente, em operações de restauro, com finalidades de protecção ^[1].

Os anos 80 marcarão, definitivamente, um verdadeiro *boom*, na multiplicação, um pouco por toda a Europa, de projectos, quer de protecção e restauro, quer de musealização dos sítios arqueológicos.

É, também, em 1984, que na Assembleia do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), reunida em Nápoles, de 4 a 5 de Maio, se apresenta como temática de discussão a das coberturas metálicas e protecção das áreas arqueológicas.

Da década de 90 até aos dias de hoje, viram afirmar-se quer as filosofias de intervenção e musealização nos sítios arqueológicos, quer a consolidação e desenvolvimento de novos projectos, quer a realização de encontros, congressos e reuniões para a discussão, troca de ideias e apresentação de novas intervenções. São desta altura projectos como o do Grand Louvre (1994), o de Neapolis (1994), o da reevocação volumétrica do grande templo de Apolo, em Veios (1993), de F. Ceschi, e, ainda, o projecto para as termas de *Colonia Ulpia Traiana*, em Xanten (1994).

Em Portugal começam, também na década de 80, a sentir-se timidamente ecos dessas experiências, nomeadamente através de contactos internacionais de arqueólogos portugueses e também através das pu-

blicações, cada vez mais abundantes, apresentando projectos de musealização de sítios.

Conímbriga terá sido, de certa forma, um dos projectos pioneiros, com a inauguração do Museu Monográfico em 1962, reestruturado e ampliado em 1985, apresentando um modelo inovador de interpretação e exposição dos materiais exumados das escavações, que não foram, como era habitual até então, trasladados para um qualquer museu nas imediações do local, perdendo-se, em absoluto, a relação das colecções com os seus contextos. Aliás, em Conímbriga desenvolvera-se, já, desde 1930, todo um projecto de escavação do sítio e de preparação do mesmo para visita, após a realização do *XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia*, que levava a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a definir os critérios de intervenção a nível do restauro das ruínas (Alarcão, 1993, p. 63).

Conduzidos pelo Prof. Vergílio Correia, membro da Comissão responsável pelo sítio, que dirigiu até 1944, foram todos os trabalhos conducentes à elaboração de um percurso, à dotação do local com água potável e electricidade e ao arranjo paisagístico. A ele se devem, também, as decisões, avançadas para a época, da manutenção e consolidação, in loco, dos mosaicos da “Casa dos Repuxos”.

Em 1962, já sob a direcção de Bairrão Oleiro, inaugura-se o primeiro museu de sítio em Portugal, à imagem do que se vinha fazendo noutros países, tal como em Espanha e canalizam-se esforços, sobretudo para a investigação, apesar do aumento sempre crescente de público, depois da descoberta do fórum e áreas envolventes.

A procura do público, o crescimento da área descoberta e as novas filosofias que se iam implantando, conduziram à necessidade de ampliação das instalações e da construção de outros meios logísticos para os visitantes, obras que se concluiriam em 1985.

Adília Alarcão, já desde 1967 à frente dos destinos de Conímbriga, foi, sem dúvida, uma das responsáveis pela introdução da perspectiva da interpretação, musealização e valorização dos sítios arqueológicos, em Portugal. Conjuntamente com outros arqueólogos, como José d'Encarnação e, posteriormente, Filomena Barata, começam a destacar-se com artigos

e comunicações, cuja preocupação não é tão-só a de revelar dados de escavações, mas, sobretudo, analisar os problemas e soluções referentes à interpretação e valorização dos sítios arqueológicos.

Curiosamente, já em 1974, Carlos Alberto Ferreira de Almeida veio a interessar-se por esta questão. No âmbito dos trabalhos que desenvolvia em Monte Mòzinho (Penafiel), apresenta uma comunicação no *Colóquio da Associação Portuguesa de Museologia* (APOM), em 1976, intitulada “Como tornar mais didácticas as ruínas arqueológicas” (Soeiro, 1998a, p. 16-17). Destas preocupações resultou a construção da estrada da freguesia ao sítio, tendo sido goradas, na altura, as ideias de requalificar o parque de merendas como área de lazer, situado nas proximidades do castro, bem como dotá-lo de um guarda permanente, para garantir a limpeza e conservação das ruínas, assim como preparar informação escrita para os visitantes (*Idem*).

É no âmbito das reuniões do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), depois, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e dos encontros realizados pela APOM, que se desenharam as novas filosofias de intervenção em espaços arqueológicos, com vista ao desenvolvimento de projectos de valorização/musealização.

Concretiza-se, assim, o entendimento destas expressões e vulgarizam-se no sentido de as adaptar às situações em que se faz uma intervenção no âmbito da conservação, interpretação e da comunicação, visando melhorar a compreensão do grande público em relação ao sítio arqueológico.

Por conseguinte, parece haver, hoje, uma sobreposição e assimilação dos termos musealização e valorização, concretamente no âmbito de publicações e de projectos desenvolvidos em áreas arqueológicas.

Há, contudo, utilizações do dia-a-dia desses conceitos, sobretudo nos meios não especializados, nem sempre traduzindo os seus verdadeiros significados e, por sua vez, esses entendimentos mais vastos finalizam-se, sobretudo, numa acepção mais de âmbito social, do que de cariz científico e interpretativo.

Amiudadas vezes somos confrontados com as notícias vindas a lume pelos *mass media*, tentando dar conta de um local onde irá ser surgir mais um projec-

to de valorização da área arqueológica, cuja descrição jornalística enuncia, quase sempre, a perspectiva da valorização como protagonista, encarando as estruturas como *ex libris* de alindamento de espaços urbanos ou rurais. Raramente a postura é a contrária, ou seja, nunca é noticiada uma intervenção onde, claramente, se assumia o verdadeiro protagonismo, como entidade histórica e cultural que a ruína irá desempenhar, no seio de tais áreas rurais e citadinas.

Assim, o processo de valorização deve orientar-se, num plano operativo, por uma intervenção museográfica identificadora e interpretativa dos significados dessa estrutura e, por outro lado, garantir a sua sobrevivência material (Matos, 1992).

A valorização é também entendida numa acepção muito mais lata, assumindo uma perspectiva de conhecimento dos bens culturais de um determinado território, como expressão da própria civilização e utilizando-os de uma forma harmónica, ordenada e idónea, para uma fruição concertada no seio da própria sociedade onde eles se integram (Furnari, 1994, p. 1).

Destá concepção emana, naturalmente, o sentido da fruição como resposta de necessidades sociais, tendo em vista a conservação e interpretação dos sítios como factos eminentemente sociais, conducentes à educação patrimonial e ao despertar da consciência de identidade cultural.

De facto, a ideia de que a sociedade se pode assumir como guardiã desse passado, enquanto dever, e a urgência de uma conservação matérica, enquanto direito, conduz a um novo conceito de conservação que tem por finalidade, mais que assegurar a continuidade desses testemunhos, pô-los ao serviço da educação permanente dessa mesma sociedade, inaugurando uma concepção activa de conservação. Em oposição estaria o modelo ambíguo e oitocentista, orientado nos moldes de satisfazer e deleitar o gosto de pequenos grupos de puros especialistas que garantiriam a gestão científica e técnica desse passado, sem controlo da gestão e da sua utilização social.

A este conceito de conservação passiva opõe-se a conservação activa, como forma de promoção cultural e de educação permanente da sociedade que deve representar os objectivos a atingir, se se quer que os esforços que se vão fazendo para a salvaguarda dos

testemunhos do passado, sejam alargados à participação social (Minissi, 1978, p. 39).

Pode, assim, concluir-se, como é complexa a noção de valorização/musealização, bem como é utilizada num sentido mais amplo e de abrangência social, ou de como se opta por uma atitude mais limitada ao campo da intervenção técnica e científica do sítio arqueológico.

Este facto não contraria, contudo, a concordância no valor que o factor público/visitante tem como receptor de toda essa acção, assumida por todas as diferentes noções analisadas, sejam elas latas ou menos abrangentes. Ou seja, o factor de valorização de um sítio arqueológico visa um alvo muito directo que é o seu potencial público, não desmerecendo, naturalmente, outros aspectos como o estudo, a própria conservação, salvaguarda e manutenção do sítio.

3. Critérios para a selecção dos sítios a valorizar

Embora convictos de que há um reconhecimento da importância da Arqueologia na sociedade actual, tal convicção pode ser, ligeiramente, enfraquecida quando nos confrontamos com o discurso de que a aposta se faz, unicamente, em sítios que correspondem a determinados critérios que passam, por exemplo, por questões de monumentalidade e de visibilidade. Ou seja, há sempre que salvaguardar uma posição que coloque a questão da curiosidade científica em primeiro lugar. Queremos com isto afirmar que a investigação científica tem que ser o motor inicial e primordial da actividade arqueológica. Concomitantemente, dessa investigação resultará, depois, a inclusão de avaliações da capacidade que estes locais terão para serem apresentados ao público, e deles possam usufruir de um conhecimento, bem cimentado cientificamente, do passado que esses locais testemunham.

Não contrariando, todavia, a importância do papel social da Arqueologia, vão-se firmando opiniões de que a defesa do património arqueológico não pode estar dependente de pressões sociais, juízos estéticos, conciliação de interesses, de questões técnicas ou da singularidade dos vestígios. Num local já escavado, muitas das vezes só se ocorre à sua salvação na emergência de uma situação de risco. Ou seja, os lugares não seleccionados para projectos de valorização,

que não constituem pólos de atracção para o público, nem sempre fica devidamente acautelada a sua defesa, constituindo, claramente, locais de interesse científico.

Existe, portanto, para o investigador, um património de investigação, que se estende muito para além do monumental. O critério fundamental para a sua delimitação é o potencial de extracção de informação arqueológica, que é independente de qualquer valor social que possa ser atribuído aos vestígios no presente (Santos, 1991, p. 130).

Apesar da legitimidade de tal posição (é um facto que nem sempre se acautela devidamente o sítio arqueológico e que, muitas vezes, quando se tenta intervir é já tarde de mais e o sítio pode estar irremediavelmente perdido), a política arqueológica seguida em Portugal, acordou, há relativamente pouco tempo, para a questão da valorização do sítio arqueológico. As escavações eram, maioritariamente, pautadas exclusivamente para o interesse científico do local e este deixado à incúria do tempo e dos homens, até futura intervenção. Acautelaram-se poucas vezes esses locais, independentemente de serem ou não passíveis de qualquer intervenção, visando o seu aproveitamento social e educacional.

Pode, desde já, definir-se uma tendência da Arqueologia portuguesa, onde se inscrevem os arqueólogos que procuram, essencialmente, o interesse científico dos locais arqueológicos, desvalorizando alguns critérios de selecção de âmbito social, estético e técnico e que se identificam numa causa comum que é a melhor conservação possível desses mesmos vestígios. Todavia, as suas preocupações imediatas não se prendem com as questões da musealização dos sítios e da sua abertura ao público.

A forte incidência, nos dias de hoje, de políticas de aproveitamento turístico dos sítios prende-se com a tomada de consciência de que é absolutamente irrealista a conservação de todos os locais com vestígios do passado. É também ponto assente que nenhum sítio deva ser destruído antes de uma prévia investigação. Por conseguinte, restam-nos duas atitudes possíveis: estudar todos os locais de interesse arqueológico com o intuito do seu conhecimento, de forma a cimentar o melhor possível o entendimento do passado; seleccionar, criteriosamente, os locais a conservar e

a apostar em termos de projecto de valorização, para finalidades de usufruto social do público.

Dentro desta tendência, inscreve-se outra realidade da Arqueologia portuguesa, representada pelos arqueólogos que se têm evidenciado no estudo das soluções e projectos que garantam não só a conservação desses sítios, mas também a sua apresentação pública, mediante intervenções museológicas *in loco*.

Os seus trabalhos têm incidido, sobretudo, na análise quer das melhores soluções a adoptar no terreno, quer na definição de critérios, para uma selecção rigorosa dos locais eleitos para a execução de tais projectos.

Nem sempre são inteiramente consensuais os critérios a utilizar para as áreas a intervir.

O facto de o local em análise ser de grandes dimensões é uma mais-valia para o projecto, até porque possibilitará a existência de um vasto, rico e variado espólio, a exigir e facilitar uma exposição permanente, aliada a uma perspectiva de público numeroso, durante todo o ano. Assim, defende que desde que este local tenha condições, nas proximidades, para o alojamento dos visitantes e desde que sejam dadas garantias de dotação orçamental e de quadro de pessoal permanente, parecem estar satisfeitas algumas condições, essenciais, para essa selecção (Alarcão, 1988, p. 270).

Apresentam-se, por conseguinte, as questões da monumentalidade do sítio a garantirem uma presença significativa de público. Porém, para o sucesso de tal “empreendimento” terá de haver, necessariamente, uma certeza na possibilidade de assegurar uma manutenção permanente de uma equipa de pessoal especializado e de um orçamento, como penhor de tal intervenção.

Coincidentes são, também, para Filomena Barata (1994), as questões da monumentalidade, da importância turística, da capacidade de apoio logístico ao visitante e as disponibilidades financeira e humana, para a sustentação do projecto.

Todavia, aponta, ainda, outros factores como determinantes. Por exemplo, a especificidade e representatividade do local podem ser marcantes do ponto de vista da Arqueologia nacional. Inegável será, com certeza, o papel representativo, para a cidade de Évora, do (sempre enganosamente apelidado)

“Templo de Diana”. Pensemos, na inquestionável qualidade estética da “Casa dos Repuxos” e de sua imagem que, já tão divulgada, se tornou quase o retrato de Conímbriga, porquanto, então, o valor estético e o simbólico assume-se como importante critério para uma selecção.

A singularidade/raridade de um sítio pode ser um critério plausível, igualmente, para a sua selecção e integração num projecto de valorização. As gravuras rupestres de Foz Côa serão, seguramente, um bom exemplo dessa singularidade, reconhecida internacionalmente, pela classificação de Património da Humanidade, em 1998, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A possibilidade de inserção de umas ruínas no tecido urbano e a capacidade de as representar, como testemunhos valiosos da evolução da própria cidade, são, possivelmente, um dos mais inteligentes caminhos a seguir em termos da interpretação dos centros históricos. Veja-se, como exemplo, os caminhos seguidos pelas equipas responsáveis, para o caso de Lisboa, como é o caso do núcleo da Rua dos Correeiros.

É evidente que, a nível deste tipo de intervenções, o estado de conservação dos achados e a garantia da manutenção dos mesmos, serão condições justas a equacionar, perante a decisão de avançar, ou não, neste processo. Finalmente, a classificação do imóvel, entendida como “o acto final de procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural” (nº 1 do art.º 18º da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro) envolvendo todas as entidades e a combinação de meios para a execução do projecto, parece, igualmente, uma aspiração legítima, quer das autarquias, quer das equipas envolvidas. Até porque a classificação é a primeira garantia jurídica de protecção do local, criando as condições administrativas que legitimam a sua protecção e assumindo o reconhecimento do seu valor cultural.

Pode concluir-se que estes projectos implicam, assim, uma complexidade de factores inerentes que estão na base do seu sucesso, como garantia, também, do esforço orçamental, passível de ser utilizado.

Contudo, as condições do sucesso passam, também, por questões que hierarquizam as capacidades

de diferentes usufrutos destes espaços. Terá que ser pensada uma política de distintas fruições, consoante o público a que se destinam. Esta política não deverá ser isolada, mas, concomitantemente, responder a uma fruição didáctica, dedicada a um público estudante mais jovem, que constitui uma faixa importante do público consumidor, em virtude da divulgação e colaboração que os sítios arqueológicos vêm a incrementar com as escolas. Necessitar-se-á, também, de um discurso científico, destinado a arqueólogos e demais especialistas que, como é natural, procuram estes locais nem sempre com uma atitude de fruição descomprometida, mas, grande parte das vezes, por exigências profissionais. Por último, uma fruição turística vocacionada para o grande público, normalmente menos informado e a necessitar de um discurso bastante mais concreto e apelativo. Estes factores serão, segundo alguns autores, de igual modo determinantes na decisão dos critérios de selecção dos locais (Gianni e Massa, 1994, p. 131-137).

A tal propósito vem, ainda, afirmado como relevante o facto de se seleccionarem alguns espaços que se enquadram dentro de momentos cronológicos mais significativos, onde se concentra maior número de testemunhos materiais e que atesta, mais qualitativamente, aspectos relevantes da ocupação humana (*Idem*).

Embora variados, todos estes critérios são válidos e não exclusivos, muito pelo contrário, em conjunto, ajudam a cimentar uma política integrada e definida dos princípios a adoptar pelos agentes institucionais responsáveis por tais decisões e execuções.

O que é facto inegável, do nosso ponto de vista, é que os projectos de musealização *in loco* das estruturas arqueológicas resolvem, definitivamente, o problema da sua descontextualização e, para alguns casos, minimizam uma postura de sacralização de objectos, tão frequente no discurso da museologia tradicional.

4. A intervenção nos sítios a valorizar

Definidos os critérios que levarão à selecção dos locais elegíveis para os projectos de valorização, há que determinar uma série de etapas importantes a estabelecer: estudo do local, processos de classificação

e protecção, limpeza e conservação *in situ*, políticas de intervenção e interpretação, gestão e manutenção, divulgação e técnicas de comunicação, condições de acolhimento e meios logísticos e, finalmente, sinalização e acessibilidades.

Analisemos, agora, algumas destas fases.

4.1. Políticas de intervenção e interpretação

As dificuldades de compreensão e leitura das áreas arqueológicas —aliadas quer ao grau de ruína em que se encontram as estruturas dos sítios, quer ao desconhecimento natural do grande público dos referenciais de descodificação dos significados e simbologias das mesmas— remetem esta área do património cultural para um certo isolamento, se o compararmos a outras tipologias do património.

Seguramente que os referenciais, simbologias e funções da arquitectura de um castelo ou de uma catedral se tornam muito mais próximos da realidade de cognição do visitante de hoje do que os traços indefinidos de uma cabana neolítica, o significado de um menir ou mesmo o abstraccionismo da arte rupestre calcólica ou do Bronze...

É esta ininteligibilidade da estrutura arqueológica que conduz a uma forte necessidade de interpretação e apresentação, transformando e descodificando significados que estão muito para além do conhecimento do público, isto porque também muito arredados dos modelos da vida e dos significados dos dias de hoje. Este discurso não quer traduzir, naturalmente, que a vida quotidiana dos nossos dias seja identificável com a vida quotidiana de uma pequena comunidade medieval, mas o facto é que estas representações estão, apesar da distância no tempo, muito mais próximas do quadro referencial do visitante comum. Numa catedral gótica, rezava-se na Idade Média e, hoje, pode continuar a rezar-se, apesar das diferenças dos rituais litúrgicos. Em contrapartida a funcionalidade e compreensão da importância e dos referenciais de um templo do culto imperial, para o mundo romano e para os nossos dias, encontram-se consideravelmente afastados, em função do seu bem diverso significado.

Assim, parece de todo compreensível que a inevitabilidade dos processos interpretativos e dos cuidados de apresentação de uma área arqueológica justifique que se proponha um projecto de valorização.

4.2. Reutilização e funcionalidade

A questão da reutilização das estruturas e da sua funcionalidade não tem sido tão problemática para os sítios arqueológicos, como para muitos dos imóveis históricos. É do conhecimento geral que, em Portugal, assim como em muitos outros países, se foi generalizando a filosofia de intervenção, restauro e readequação de antigos edifícios, com o intuito de lhes atribuir outra funcionalidade, dentro do princípio de que uma forma de conservar e recuperar parte desses imóveis seria atribuir-lhes uma nova vida.

É um facto que tal princípio se reveste de legitimidade, o que não quer dizer é que, sempre, os projectos de recuperação e adaptação de edifícios se tenham pautado por uma justa adequabilidade de funções, ou seja, que estes processos não evidenciem, muitas vezes, de preferência, as potencialidades físicas do imóvel, descurando o seu significado histórico, artístico e cultural.

O tema reveste-se, até, de algum modismo. É o convento que se transforma em pousada; um forte ou fortaleza que, pela sua localização e pela consistência física das suas paredes, podia sugerir um bom exemplo para uma prisão; a notabilidade da casa senhorial e a sua centralidade no tecido urbano, o exemplo ideal para o tribunal, a escola ou o edifício da administração pública. Assim, parte-se de um pressuposto errado de que a adaptação deverá funcionar como um fim em si mesma, não sendo entendida como meio complementar para assegurar a conservação do imóvel, a perpetuação da preexistência arquitectónica e das suas características históricas, culturais e físicas.

As particularidades do património arqueológico têm, contudo, ajudado a travar este processo. São estruturas nem sempre com grande visibilidade e monumentalidade e cuja difícil adaptação a outras funcionalidades tem desencorajado estes processos, sob pena de virem a dificultar, naturalmente, a leitura e a compreensão do sítio, já por si tão complicadas para a maioria do público. O facto de se assumir a ruína arqueológica como uma entidade cultural e de se haver adaptado o discurso didáctico com vista à sua rendibilização social, não tem implicado, felizmente, uma forte intervenção no sentido de maximizar as suas valências físicas em valências de funcionalidade. Apesar de algumas intervenções e esforços de recons-

tituições, ao gosto perdurante de um neo-racionalismo, mesmo assim ainda se vão impedindo grandes especulações de significados e funções...

Por conseguinte, assiste-se a algumas intervenções em sítios arqueológicos, no sentido da reconstituição de estruturas e de ambientes, tentando reevocar senão a imagem original do sítio, pelo menos a imagem parcial das suas funções, significados, caracteres históricos, artísticos e culturais.

Tal propósito, embora não tacitamente aceite por muitos especialistas, tem conduzido a uma tentativa de repor, mesmo que virtualmente, as imagens desse passado longínquo, do que as estruturas são representativas. Algumas dessas reconstituições nem sempre são, todavia, apresentadas como hipóteses de trabalho e partem, erradamente, de um pressuposto categórico e definitivo. São, do nosso ponto de vista, estas situações que importa rever e reanalisar.

Toda e qualquer perspectiva de reconstituição, seja ela no sentido de readaptação de um imóvel arquitectónico, seja ela no sentido da reevocação da imagem de um sítio arqueológico, com a finalidade de melhorar a compreensão e usufruto público do local, deve sempre pautar-se pelos princípios da autenticidade e da integridade dos seus vestígios e das suas mensagens, da reversibilidade e da percepção inequívoca de quais são as marcas do nosso tempo.

O papel do arquitecto responsável pelo projecto de intervenção, no caso de possíveis reconstituições ou de outras perspectivas museográficas, deve orientar-se no sentido de evidenciar as características das estruturas e fazer destacar o absoluto protagonismo das mesmas. Pedem-se aos arquitectos e museógrafos projectos de grande humildade, pede-se que utilizem toda a sua experiência e criatividade em favor da conservação do espírito das estruturas arqueológicas, que é sinónimo de as deixar falar por si, despertando as suas características inatas, enquanto bens culturais, históricos artísticos e entidades físicas e funcionais (Minissi, 1988).

Todavia a reintegração de estruturas arqueológicas em meio urbano tem caracterizado muitos projectos nacionais e internacionais.

É um facto que os achados arqueológicos não devem nem podem travar o processo contínuo da transformação da cidade. Mas também é um facto que,

em muitos casos, elas podem coabitar salutarmente, no seio da própria cidade, enriquecendo e elucidando o nosso conhecimento da sua própria evolução.

O caso dos panos de muralhas preservados e integrados em edifícios, subterrâneos, espaços comerciais, praças, casos como os de Lisboa, Évora, Melgaço ou mesmo de Plovdiv e Sofia, na Bulgária, assim como em Saragoça os restos da muralhas da *Caesaraugusta*, convivem harmoniosamente com as estruturas modernas das novas cidades. Mas não só as muralhas ou edifícios, mas, às vezes, mesmo cidades. Roma, hoje, não seria, seguramente a mesma, não fossem as imponentes estruturas que desde há séculos atraem e continuarão a atrair milhares de visitantes na ânsia, pelo menos, de ver o Coliseu.

Contudo as intervenções deverão ter em conta uma justa adequação às finalidades das decisões. A ideia de transformar os vestígios em meros “objectos de vitrina” pode resultar num impacto muito forte ou até mesmo nefasto, pelo que a sua preservação deve pautar-se pela avaliação de uma perspectiva esteticamente positiva, assumindo-a claramente e permitindo a sociabilização desses espaços (Barata, 1997, p. 24).

4.3. Interpretação

A noção de interpretação pode ser entendida, segundo a *Society for Interpreting Britain's Heritage* (1998) como um processo de explicitação ao visitante do significado do sítio ou objecto, aumentando as vantagens da visita e facilitando a compreensão da herança cultural e ambiente, ao mesmo tempo que possibilita uma atitude receptiva relativamente à sua conservação. Por sua vez, pode ainda afirmar-se como uma actividade educacional, tendo por base a revelação de significados e relações através da utilização de objectos originais, quer por contacto directo, quer por “sugestões” (Tilden, 1997). Pode entender-se, ainda, como o esforço planeado para facilitar aos visitantes a compreensão da história e o significado de acontecimentos, pessoas e objectos, a que o local está associado (Anderson e Low, 1985).

Todos estas noções assumem uma perspectiva educacional e didáctica ao facilitarem ao visitante uma melhor compreensão do significado de estruturas e objectos, otimizando-a e proporcionando

uma visita autónoma e qualitativamente mais enriquecedora.

Desse ponto de vista, os projectos devendo sugerir ou mesmo reintegrar a imagem original (ainda que parcial) dos sítios, lançando mão de tecnologias, materiais e linguagens próprias das estruturas, capazes, igualmente, de —além de promoverem a sua sobrevivência física— conduzirem à evocação das suas imagens e do seu significado.

Este esforço da interpretação e leitura dos sítios tem levado à investigação de novas formas, métodos e técnicas de apresentação que se traduzem num esforço desmultiplicador de novas abordagens: estruturas de protecção e reconstituições de volumetrias e ambientes, quer em maquetas, quer em desenhos evocando graficamente as fachadas que se perderam, quer mesma a utilização da realidade virtual e da representação em 3D; a procura de melhores enquadramentos e posicionamentos de pontos optimizados de visualização, muitas vezes ajudados por aparelhos ópticos; a utilização dos postos multimédia e de audiovisuais; a busca de melhores e mais valorizadoras formas de iluminação artificial; o recurso a painéis e placas interpretativas, de interpretação-guia de itinerários e do recurso à reevocação dos velhos percursos seguidos pelos habitantes, na tentativa da descoberta pelo próprio visitante da organização espacial dos sítios.

Um esforço árduo, mas imaginativo, aquele que tem conduzido, nomeadamente, à abertura dos centros interpretativos e de atendimento em vários sítios arqueológicos portugueses. Interpretação e informação; leitura dos significados dos sítios, dos seus múltiplos contextos e perspectivas e de quem os construiu; e o discurso imaginativo da divulgação, através de novos métodos de comunicar e de estimular a compreensão e o interesse do público —são, manifestamente, o sinal de que algo está diferente na forma de perceber a realidade de entender a Arqueologia.

Efectivamente, sente-se já a mudança no próprio discurso arqueológico produzido pelos arqueólogos que entenderam que pode haver outras formas de passar uma mensagem donde resulte uma nova forma de olhar a Arqueologia:

“(…) por mais importantes que possam ser, os objectos arqueológicos apenas cumprem a sua função

se nos ajudarem a chegar a quem os produziu ou utilizou” (Raposo, 1993, p. 204).

Alguns projectos manifestam, efectivamente, a preocupação de pôr em evidência as estruturas e os objectos, dentro, porém, de um contexto humano, cujo protagonismo se integra numa perspectiva mais generalista da vivência e da relação do homem e do ambiente no passado (Peretto, 1997).

4.4. Painéis, placas interpretativas e itinerários

Os painéis e placas interpretativas são hoje bons aliados no sentido de ampliar a informação de suporte às estruturas conservadas *in loco*.

Têm-se multiplicado, um pouco por todo o País, o uso de tais suportes interpretativos. Avançou-se já, por iniciativa do IPPAR, com uma proposta específica, baseado num design, representação gráfica e cromática específica, utilizando como materiais de suporte, sobretudo estruturas metálicas, com aplicação dos textos e plantas quer por serigrafia, quer por auto-colante. Outras soluções têm vindo a ser adoptadas, nomeadamente com estruturas de suporte em madeira tratada, madeira prensada ou mesmo mármore.

Os problemas que levantam estas estruturas são basicamente os de conservação e manutenção, visto que deverão estar preparadas para uma exposição ao ar livre —situações de instabilidade climática, chuvas, ventos, os próprios raios solares... Tais circunstâncias conduzem, nalguns casos, a uma rápida deterioração, dificultando a percepção das informações que contêm e inviabilizando a sua própria finalidade.

Parece ser necessário repensar algumas das soluções do uso de materiais para estes efeitos: materiais mais duráveis e menos deterioráveis; reforço dos planos de manutenção daquelas que se encontram já nos sítios e substituição das que já não oferecem condições de legibilidade.

Outra questão a analisar prende-se com o tipo de informação veiculado: um discurso de comunicação acessível e não técnico, uma articulação entre a informação e a proposta do itinerário a sugerir. Muitos dos exemplos que tivemos oportunidade de analisar esqueciam, em absoluto, essa articulação, resultando o itinerário num deambular caótico entre ruínas, pondo por vezes em risco as próprias estruturas, em

nada acrescentando à sua compreensão, à eventual ligação entre elas, à configuração da essência arquitectural do sítio, à sua função e a quem as utilizou.

Urgente, pois, repensar soluções técnicas e toda uma filosofia de comunicação.

4.5. Gestão e manutenção dos sítios

O tema da gestão e manutenção de sítios tem ocupado, de forma bem evidente, um amplo espaço de discussão e análise por parte dos arqueólogos.

Esta atenção é consequência do incremento dado aos projectos de valorização, do cada mais acentuado interesse que desperta a Arqueologia e do entendimento de que ela pode representar uma grande mais-valia em termos turísticos.

É evidente que os arqueólogos estão já bem despertados para esta apetência turística que a Arqueologia detém; daí, a necessidade de se evitar o chamado “turismo de massas” que acarreta consigo alargados perigos para a conservação e manutenção dos sítios, situação que o gestor deve evitar/travar a todo o custo —preocupações às quais se acrescenta um outro conjunto de problemas que envolvem não só as questões orçamentais, o pessoal especializado, as equipas de manutenção e segurança, mas também a gestão e satisfação do público, os programas didácticos e o material de divulgação, etc.

A gestão de um sítio exige permanência nele ou, pelo menos, assiduidade e frequência de visitas por parte do seu responsável. Queremos com isto dizer que, feita a valorização, os problemas não se acabam mas... começam! Há que apostar num programa de manutenção, mesmo que do projecto não tenha resultado a construção de grandes infra-estruturas. O combate à invasão de ervas e arbustos infestantes, a limpeza e recolha de lixos, a verificação do estado das próprias ruínas, dos painéis e placas interpretativas, a vedação, a sinalização, o estado dos caminhos e as orientações de percurso —são questões, infelizmente, não definitivas e que exigem uma quase permanente vigilância. Cabe efectivamente ao responsável assegurar estes cuidados. Quando se trata de locais na posse de privados, caberá igualmente à tutela assegurar a responsabilização do proprietário pela garantia de conservação do sítio. Sabemos, contudo, que estas situações nem sempre ocorrem. Apontam-se dois exemplos paradigmáticos.

O projecto do núcleo de ruínas arqueológicas das “Frigideiras do Cantinho”, em Braga, apostou numa filosofia de intervenção criteriosa. Estava em causa a valorização de uma casa romana, situada por baixo de uma área comercial no centro da cidade. O projecto visou a secagem dos muros das estruturas, uma intervenção mínima, reversível, a instalação de controlos de temperatura e humidade, caixas de ar para arejamento (Silva e Cunha, 1997). A área arqueológica foi isolada do piso comercial, através de uma estrutura de vidro, que permitiria a sua visão. Esta solução, obrigaria, naturalmente —estamos perante um local de grande movimento diário de pessoas— a reflectir sobre um plano operacional de manutenção do piso, de forma a garantir permanentemente a possibilidade de observação das estruturas. Já não garante.

O projecto de valorização das Antas das Belas, no concelho de Sintra, levado a cabo em 1986, viu não só um plano de limpeza de vegetação e detritos, como também a consolidação dos esteios, demarcação do corredor, vedação do monumento e sinalização (Marques, Lourenço e Ferreira, 1991). A ausência de um plano de divulgação e manutenção, a não constituição de uma equipa, a sua não integração num circuito de visita conduziram ao insucesso da iniciativa e, em 1990 o local encontrava-se já sem as condições mínimas para possibilitar uma visita.

Pretendemos, assim, reafirmar a necessidade da garantia de planos de manutenção, definidos pelas equipas responsáveis, assunto que, aliás, tem merecido grande reflexão a nível nacional e internacional.

Parece ponto assente a grande vantagem de se constituírem grupos interdisciplinares destinados a participar nas decisões de todos os processos que envolvam a valorização e gestão dos sítios arqueológicos.

Aos especialistas caberá essa gestão, no respeito pelas estruturas e pelas leis de cada país, tendo em conta as necessidades específicas de cada sítio.

4.6. Divulgação e técnicas de comunicação

As dificuldades de comunicação e de informação, uma deficiente política de divulgação podem contribuir, grandemente, para o insucesso na rentabilização de um espaço arqueológico aberto ao público.

Efectivamente, não basta concretizar propostas de musealização dos sítios, orientadas para a sua interpretação. Há que definir, previamente, o tipo de informação que deverá ser expressa e os públicos-alvo a que se destina, assim como organizar todo um circuito de divulgação da informação.

Há cada vez mais a consciência de que não basta informar: importa, sobretudo, comunicar. E a comunicação implica, necessariamente, dois interlocutores: o que emite a informação e o outro que a recebe. Tal percepção pode, por sua vez, desencadear nova curiosidade e, supostamente, nova necessidade de informação. Ou seja, um diálogo, uma forma de comunicação que anula a passividade do receptor.

Queremos um visitante activo e participante, admitimos a possibilidade de se estabelecer uma relação sítio/visitante, nem sempre contemplativa – as iniciativas de sucesso dos museus com experiências interactivas e aquelas em que o visitante comanda o seu itinerário através de um aparelho áudio, como vimos para o caso do fórum romano de Saragoça.

Esta forma de comunicação quase de “interactividade” é bem aceite, sobretudo pelas camadas mais jovens, em particular aquelas em idade escolar.

Há, porém, que definir critérios de avaliação dessas acções, inferir do seu sucesso ou fracasso, com vista a delinear-se eventuais mudanças —ou não.

Existem, assim, diferentes estratégias de comunicação consoante o público-alvo a atingir.

A comunicação para especialistas —no âmbito, por exemplo de um apontamento expositivo— obedecerá à utilização de uma terminologia técnica, sem qualquer preocupação da sua não descodificação.

Mas atente-se a que, neste caso, o uso de uma terminologia técnica constitui um enorme entrave à comunicação com o público, aliada, frequentemente, à natural ininteligibilidade, para um leigo, das ruínas arqueológicas. E que pouca atenção, tantas vezes esta questão tem despertado!...

Veja-se o exemplo das placas interpretativas das estruturas, que cada vez mais vão povoando os sítios arqueológicos. Não se pode inundar todo um discurso com designações científicas do tipo *tabernae*, *laconicum*, *tholos*, *podium*... sem se ter tido o cuidado de explicar, exactamente, o significado dessas palavras, ou de apresentar a reconstituição hipotética de uma

estrutura, ou, pelo menos, a sua planta. São situações de “comunicação não educativa”, o caminho contrário àquele por onde deveríamos avançar.

O público (convenhamos) não está nem familiarizado com a relação dos espaços, as funções, os atributos e os códigos representados pelas estruturas arqueológicas antigas, nem, muito menos, com explicações técnicas, específicas e muitas vezes até... confusas.

Há que dar coerência a um discurso comunicacional, articulando placas interpretativas, percursos, leitura dos espaços e arquitecturas, de forma a permitir indicações precisas sobre as estruturas, datações e funcionalidades, deixando, eventualmente, como complemento, as designações técnicas e científicas e uma perspectiva, ainda que somente parcelar, dessas estruturas. Daí o sucesso de algumas iniciativas no âmbito da edição especializada de desdobráveis específicos para crianças, por exemplo.

Será, então, desejável, pensar-se na utilização de uma linguagem simples, clara, concisa, pouco técnica, e numa comunicação directa, pessoal e íntima, intuitiva e não verbalizável (Soeiro, 1998).

Igualmente, a consciencialização do público, relativamente às dificuldades de conservação dos sítios teria, aqui, alguma pertinência, mormente quando há a tentativa de garantir as melhores condições de visita, aliadas à segurança das estruturas.

Levantando-se a hipótese, ainda, de conseguir um retorno de opinião, parece-nos interessante a aplicação de inquéritos que obtivessem dos visitantes essa avaliação e inclusive nos permitissem, também, definir um eventual perfil de visitantes dominante. Como passar a mensagem, o seu efeito no receptor, o grau da atractividade do sítio, a capacidade de ser convincente, motivações, o grau de satisfação do público ou dos diferentes públicos —seriam, possivelmente, perguntas estratégicas a incluir.

A divulgação será outro dos factores a ter em conta.

Não se visita aquilo que não se conhece; para querer conhecer é necessário estar motivado; e a motivação depende, também, de alguma forma, do grau de atractividade.

Não se pode atrair público mediante velhos desdobráveis desbotados pelo tempo, desactualizados, ou mesmo —e pior ainda— distribuindo fotocópias

de edições, com a desculpa de que já se esgotaram os originais...

Uma enorme atenção deve colocar-se na escolha da informação que aí importa veicular. Uma informação clara, concisa, de agradável leitura, acompanhada, sobretudo, por imagens apelativas e nunca, mas nunca, enganadora.

As campanhas de divulgação deverão partir da entidade gestora, em estreita colaboração com as autarquias, as regiões de turismo e as associações de índole cultural. A responsabilidade dos conteúdos das mensagens a divulgar, eventualmente através de prospectos, desdobráveis, postais e cartazes, será assegurada pelo responsável científico do sítio, em colaboração com um técnico de publicidade.

Não se deve esquecer, igualmente, a utilização da *World Wide Web* e as amplas possibilidades que hoje ela oferece em termos de divulgação. As oportunidades de se dar a conhecer um sítio arqueológico através da internet são imensas, podendo juntar-se aos textos de divulgação e informação, fotografias, imagens e plantas, reconstruções em 3D e animação. Aliás, a constituição de grupos de interesse, fóruns, museus de arqueologia virtual, revistas virtuais, revistas *online*, ligados à Arqueologia tem tido um espantoso incremento nos últimos anos, de que destacamos, a título de exemplo, a *Arqueohispania*, a *Archport* e a *Archeologia Italiana*.

Além da internet, a divulgação e distribuição de bilhetes de ingresso por agências de viagens parece poder dar os seus frutos. Experiências deste género foram implementadas em Pompeia, onde se procedeu, igualmente, à privatização dos serviços de bilheteira e se criou um bilhete de ingresso anual, cumulativo com outros sítios arqueológicos nas proximidades, adquirido via internet ou em agências de viagens, difundindo-se, ao mesmo tempo, um calendário de acontecimentos culturais a desenvolver nesses sítios, com a possibilidade de pré-compra de bilhetes para esses mesmos eventos [2].

Esta divulgação, como já há exemplos, poderá ser feita em conjunto com outros sítios arqueológicos da região, constituindo parte de um circuito ou itinerário temático. Será, também aqui, importante, ter em conta os aspectos acima referidos, no que diz respeito à utilização de uma linguagem apelativa, convincent-

te, concisa, não especializada e, sobretudo, que todo o conjunto —texto e imagem— se pautem por critérios de rigor e qualidade.

4.7. Condições de acolhimento e meios logísticos

Os projectos de valorização/musealização de sítios arqueológicos têm de se articular com as preocupações no domínio da conservação, da interpretação e do bem-estar do visitante. Não faz sentido pôr-se um cuidado exaustivo na interpretação e na comunicação, ou apostar na divulgação de um lugar, se, depois, ele não estiver apto a receber, condignamente, o visitante.

Se estivermos perante um sítio arqueológico, no qual se instalou um centro interpretativo ou um museu de sítio, terá de haver à disposição do público sanitários, balcão de atendimento, venda de publicações e de lembranças, bilheteira, eventualmente um pequeno bar e parque para viaturas. Acontece, porém, que, na maioria dos casos, estas situações ainda não acontecem, em Portugal, embora para lá se caminhe.

A questão que se coloca é a de como resolver as situações em que não estão pensados projectos desta envergadura e em que se deve optar por uma solução intermédia.

Numa viagem a Stonehenge, em 1989, já depois de o acesso à área central do grande monumento ter sido vedado ao público, pudemos comprovar que continuava a ser, efectivamente, uma zona de grande atracção turística e detinha as condições mínimas exigidas para a visita ao local, sem se ter apostado na construção de estruturas de grande envergadura [3]. Um pequeníssimo edifício prestava o apoio necessário a todos aqueles que lá se deslocavam. Além da área reservada ao estacionamento, havia um pequeno bar, sanitários e uma bilheteira que funcionava, ao mesmo tempo, como serviço de informações e venda de publicações e outros artigos de divulgação. Nesse mesmo espaço se desenvolvia, em pequenas dimensões, uma área de exposição, com painéis informativos que complementavam as indicações existentes no monumento arqueológico.

Esta solução, aparentemente sem grandes custos, pareceu-nos pois, bastante adequada.

Situações idênticas a estas não faltarão seguramente, podendo referir-se, entre nós, o exemplo de Alcalar. Parece-nos, de facto, que a implantação de projectos, todos a grande escala, não se compadece com os escassos orçamentos e apoios disponíveis. São, efectivamente precisas e urgentes soluções intermédias, atendendo à capacidade de resposta quer económica, quer de gestão e de manutenção.

Nem todos os sítios arqueológicos devem ser alvo de projectos; nem todos deverão, obrigatoriamente, ter museus de sítio ou grandes centros interpretativos. Poder-se-á pensar em intervenções de menor escala, em gestão municipal conjunta de diferentes sítios integrantes de um concelho e/ou estabelecer formas de inter-ajuda com os museus locais.

4.8. Sinalização e acessibilidades

O problema da sinalização e das acessibilidades é um assunto importante. A ideia, às vezes romântica e cinéfila da Arqueologia, como algo misterioso e de aventura, não se compadece com as necessidades de informação rigorosa que o fenómeno turístico hoje exige.

A perspectiva de se calcorrearem montes e vales na tentativa de chegar ao sítio arqueológico e não o encontrar, apesar de tão apregoado pelos prospectos turísticos da região, não deixará o suposto visitante muito satisfeito, mesmo que essa situação possa traduzir uma sensação de aventura, de perigo e de mistério. Também não será de todo agradável, para um turista, depois de ter andado cinco quilómetros por uma estrada de terra batida, por exemplo, na torreira do Verão alentejano, ter descoberto que, afinal, acabavam ali as placas de sinalização e se encontrava completamente perdido!

É um facto que todos os arqueólogos e estudiosos da matéria passaram já experiências bem mais complicadas (não há sinalização para os trabalhos de prospecção) e aquilo que os move é, com certeza, a aventura da descoberta científica. Mas a sinalização serve, principalmente, para o grande público, cujas motivações e experiência de campo não são as mesmas de um arqueólogo.

Considera-se, por isso, fundamental, a correcta sinalização e acessibilidade dos sítios. Não havendo condições para possibilitar tais medidas, não sabemos

da legitimidade em apostar num projecto de valorização/musealização, sem a garantia de termos um número apreciável de visitantes, apesar do possível enorme interesse que o sítio possa deter, por parte de arqueólogos e demais especialistas.

Assim, além de uma necessária sinalização internacional genérica, com uma simbologia para ruínas ou sítios arqueológicos que seria bem-vinda, têm vindo a desenvolver-se propostas isoladas, a nível das câmaras, por exemplo, assim como se regista, também, um painel-tipo, assinalando as áreas arqueológicas nas suas imediações, da responsabilidade do IPPAR, apesar de não marcar presença em todos os sítios sob a sua alçada.

Por sua vez, foram implantados painéis informativos, da autoria da empresa gestora das auto-estradas, ao longo do País, que assinalam os aspectos mais marcantes do património nacional, como forma de convite a conhecer esses locais. Destes destaca-se, naturalmente, o que faz referência às ruínas de Conímbriga, mas é um facto que a grande maioria deles não dá relevo especial aos sítios arqueológicos.

Estas decisões detêm sempre, obviamente, impacto maior, quando são consultadas as entidades responsáveis por tal património, no sentido de uma concertada escolha das simbologias a apresentar. Aliás, poder-se-ia, então, aplicar depois, essa solução a outras áreas do país e a outras vias, não necessariamente só as auto-estradas. Bem poderiam, ainda, ser definidos, a nível nacional, os locais importantes por concelho, tentando instaurar uma informação tipo, previamente delineada, deixando aspectos mais particularizados de atribuição de nomenclaturas à escolha local. Isto porque o conhecimento de dados sítios se passa já através de uma cultura oral, de regionalismos, e apesar de se especificar uma atribuição científica, ela poderia conviver de pleno acordo com o conhecimento generalizado do nome que se usa naquela zona concreta do país. Veja-se o exemplo dos dólmenes que nas Beiras se designam muitas vezes por "Orcas". Neste caso, a informação poderia manter a designação científica, conjuntamente com a designação regionalizada, forma por que habitualmente a população a reconhece. Mas o facto é que, exactamente dentro do mesmo concelho, se utilizam terminologias diferentes para uma idêntica tipologia

de estruturas, ou, e pior ainda, se anunciam cidades romanas nas placas direccionais, representadas, depois, pelo símbolo de uma anta.

Outras referências das áreas arqueológicas, que não estão actualizadas, são as dos mapas de estrada de Portugal. Faltam muitos locais por assinalar e muitos há indicados que não oferecem condições mínimas de visita. Um esforço concertado de várias entidades levará, certamente, no futuro, a referenciar aqueles que têm, no momento, possibilidades de oferecer um serviço de maior qualidade, com informação tratada, ou seja, aqueles em que se apostou num projecto de valorização. Para os outros locais seria deixada a liberdade de escolha ao visitante de, mesmo assim, querer empreender tal percurso. Este facto ajudaria, em muito, a minimizar os impactos negativos de, eventualmente, se optar por se fazer uma longa caminhada para descortinar uma ruína, infelizmente, em mau estado de conservação, provavelmente entulhada de lixo e parcialmente coberta pela vegetação.

Há, no entanto, situações em que essas visitas, por questões de conservação e segurança dos próprios sítios, não podem ser deixadas sem controlo. Cite-se o exemplo do Vale do Côa. Atendendo a uma necessidade de minimizar um impacto por parte de excesso de público, apesar da sinalização não oferecer qualquer dúvida de como lá chegar, foram criadas condições especiais de acesso e números-limite de visitantes.

Tal decisão foi fundamental para um planeamento e avaliação das condições de visita ao local, tentando travar, de alguma forma, a possibilidade de grandes massas se deslocarem, descontroladamente, para esses sítios. Uma visita guiada, com disponibilização de meios de locomoção cedidos pela entidade que gere o local, não só minimiza os aspectos negativos de uma procura desenfreada, como dá a oportunidade de maior usufruto qualitativo. Há, nomeadamente, autores que assumem uma posição bastante selectiva do público, ou seja, contraria-se uma ampla política de divulgação dos sítios, para obstar à deslocação simultânea de massas de público, fazendo controlos de velocidade dos veículos e aumentando a sua vigilância (Bednarik, 1995).

Assim, a proposta para um projecto de musealização de um sítio tem que pensar, necessariamente,

num plano para a sinalização do local, concertado preferentemente com uma proposta genérica de sinalização para o concelho, acertando agulhas na escolha dos símbolos a utilizar, como representativos de dada tipologia de estrutura, bem como na terminologia escolhida para a designação dos sítios. Esta preocupação deverá traduzir-se não só nas placas direccionais, como também naquelas que nos apresentam o local arqueológico e de que é exemplo o painel-tipo do IPPAR.

O acesso aos locais é, sem dúvida, outro dos assuntos a repensar.

Não são precisas, nem úteis, auto-estradas para desembocar nos sítios arqueológicos. É, evidentemente, uma questão de bom senso. Podem e devem amavelmente conviver, inclusive, situações de itinerários mistos. Ou seja, a possibilidade de se deixar o automóvel nas proximidades e encetar, depois, uma parte do circuito a pé. O que é um facto é que a aposta tem que ser feita, sobretudo, na manutenção desses percursos e na substituição das sinalizações, que, como sabemos, por razões de variada ordem, têm tendência a desaparecer, partir ou serem mesmo vandalizadas.

Não basta criar os acessos. Há que mantê-los em condições de utilização.

Um projecto deverá, então, pensar em todas estas situações e prever um plano de manutenção dos acessos e da sinalização, por exemplo, com a respectiva Câmara Municipal.

5. Conclusões

Analisadas que foram, sumariamente, algumas das problemáticas que envolvem a questão da valorização e musealização dos sítios arqueológicos, parece-nos conveniente assentar, em forma de conclusão, alguns princípios fundamentais sem os quais se torna impossível desenvolver, de forma planeada, os projectos de intervenção com a finalidade da valorização de tais locais, facto que se viria a consolidar, particularmente, a partir da década de 90 do século passado.

Inequivocamente, qualquer ideia de projecto só será possível depois de terem sido levados a cabo trabalhos de escavação e de investigação. O projecto só poderá alicerçar-se num plano específico interdisciplinar. O segundo passo será o de avaliar se o local se inscreve dentro dos critérios estabelecidos, para ser seleccionado como representativo num plano nacional dos sítios arqueológicos a investir a nível da sua interpretação e abertura ao público. Ou seja, afirma-se a importância científica de todas as áreas arqueológicas, mas nem todas apresentam perfil turístico nem correspondem aos critérios de selecção referenciados.

Eliminados estes problemas e aceite o local como tendo as condições exigidas para ser aberto ao público, há toda uma série de decisões a ser planeadas em conjunto: a definição de orçamentos e a filosofia de intervenção — conservação, restauro e soluções para a optimização de leituras, estruturas de acolhimento, constituição de equipas, manutenção e tutela da gestão, integração em circuitos ou itinerários regionais, sinalização correcta e eficaz divulgação.

Notas

- [1] Embora, por exemplo, para o caso de Pompeia, tenham sido desenvolvidas algumas soluções de protecção de estuques e pinturas, no século XVIII e de coberturas protectoras em ferro, durante o século XIX, outros sistemas de protecção após as campanhas de escavação de 1911-1912 e depois dos bombardeamentos, na década de 40 (Cf. Ranellucci, 1996, p. 81-82; 100).
- [2] Consulta em www.archeologia.com, acedido em 10 de Maio de 2008.
- [3] Aliás, esta decisão de vedar o acesso ao público ao interior do recinto gerou alguma polémica. Esta agravou-se, também, com o projecto de construção de uma nova via, a M303, ligando Londres ao West Country, que passará bem próximo do monumento (Cf. www.english-heritage.org.uk, acedido em 12 de Agosto de 2001).

Bibliografia

- ALARCÃO, A. (1988) – Os museus monográficos e os sítios arqueológicos: uma opinião. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 7, p. 269-274.
- ALARCÃO, A. (1993) – Valorização das ruínas de Conimbriga: critérios e realizações. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga, (Coimbra, 18-20 Outubro, 1990)*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos/Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. p. 63-66.
- ALARCÃO, A. (1994) – Preservação e valorização de ruínas arqueológicas em meio urbano. *Bracara Augusta*. Braga. 45:97-110, p. 281-284.
- ALARCÃO, J. (1998) – Para quê conservar e como apresentar os vestígios do Passado. *Al-madan*. Almada. 2ª Série, 7, p. 53-57.
- ANDERSON, W; LOW, S. (1995) – Interpretation of historic sites. In KNUDSON, D.; CABLE, T.; BECK, L. – *Interpretation of Cultural and Natural Resources*. State College (PA): Venture, p. 3.
- BARATA, F. (1994) – Conservação, salvaguarda e valorização dos sítios arqueológicos em meio urbano: uma reflexão”. *Bracara Augusta*. Braga. 45:97-110, p. 265-276.
- BARATA, F. (1997) – Cidades e memórias. *Mérida, Ciudad y Patrimonio. Revista Científica*. Mérida. 1, p. 17-27.
- BEDNARIK, R. G. (1995) – Rock art conservation in the upper Lena basin, Siberia. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. London. 1:2, p. 117-126.
- FURNARI, E., Ed. (1994) – *Neapolis: La Valorizzazione dei Beni Culturali e Ambientali*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- GIANNI, A.; MASSA, P. (1994) – I criteri della fruizione. In FURNARI, E., Ed. – *Neapolis: La Valorizzazione dei Beni Culturali e Ambientali*. Roma: L'Erma di Bretschneider, Vol. 1, p. 131-149.
- MARQUES, T.; LOURENÇO, F.; FERREIRA, C. J. (1991) – Antas de Belas: uma tentativa de valorização do património arqueológico nos arredores de Lisboa. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas: investigação e defesa do património*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 87-91.
- MATOS, O. (1992) – Recensão bibliográfica de *Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione* (Roma, Multigrafica Editrice, 1988). *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 200-205.
- MINISSI, F. (1978) – Museologia. *Museologia*. Firenze. 5, p. 33-40.
- MINISSI, F. 1988) – *Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione*. Roma: Multigrafica Editrice.
- PERETTO, C. 1997 – Aspects and problems for a museology of prehistory: the example of the National Palaeolithic Museum of Isernia La Pineta. In *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em Diálogo*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, p. 55-72.
- PRICE, N. S.; SULLIVAN, S. (1995) – Conservation of archaeological sites in the Mediterranean region: a conference organized by the J. Paul Getty Trust. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. London. 1:2, p. 127-131.
- RANELLUCCI, S. (1996) – *Strutture Protettive e Conservazione dei Siti Archeologici*. Pescara: Carsa Edizioni.
- RAPOSO, L. (1993) – Museus de arqueologia. In TRINDADE, M. B. R., Ed. – *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 201-227.
- SANTOS, N. C. (1991) – O arqueólogo, o neolítico e a sociedade. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas: investigação e defesa do património*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 129-138.
- SILVA, I.; CUNHA, A. (1997) – *Projecto de integração e valorização do núcleo de ruínas arqueológicas das “Frigideiras do Cantinho” – Braga*. Comunicação apresentada ao *III Encontro de Arqueologia Urbana (Almada, 20-23 Fevereiro)*, não publicada.
- SOCIETY FOR INTERPRETING BRITAIN'S HERITAGE (1998) – *Interpret Britain*. Chapel Hill: North Carolina Press.
- SOEIRO, R. (1998) – Estratégias de comunicação para o património. *Cadernos do Museu Municipal de Penafiel*. Penafiel. 2, p. 279-286.
- SOEIRO, T. (1998a) – Monte Mòzinho: 25 anos de trabalhos arqueológicos. *Cadernos do Museu Municipal de Penafiel*. Penafiel. 2, p. 11-28.
- TILDEN, F. (1997) – *Interpreting our Heritage*. 3ª ed., Chapel Hill, North Carolina Press.

Resumen: Este artículo enfoca la problemática de la valoración de los yacimientos arqueológicos con vistas a su utilización pública. Se analizan los diferentes conceptos involucrados y se sistematizan las fases o etapas necesarias a la concepción e implementación de proyectos de valoración de yacimientos arqueológicos.

Palabras clave: Yacimientos Arqueológicos; Valoración; Musealización.

Abstract: This paper refers to the assessment of archaeological sites regarding their public consumption. It analyzes the different concepts involved and it systematizes the phases necessary to the creation and implementation of projects concerning the assessment of archaeological sites.

Keywords: Archaeological Sites; Assessment; Musealization.